



Fecha a janela, caiu o total de partidos

*Humberto Dantas*¹

Em dezembro de 2021 escrevemos aqui um texto tratando do tempo nas eleições de 2022 e na política brasileira, o comparando com uma lógica de estratégia futebolística. Utilizamos aqui o 4-4-2 para falar em dois quadrimestres e em um bimestre que até outubro desse ano explicaríamos precisamente o que assistiríamos em termos de comportamento, principalmente, de partidos e candidaturas. Pois bem: no começo de abril assistimos ao término do primeiro período de quatro meses. Nesse espaço de tempo tivemos três fenômenos essenciais que colocam fim a um tempo de muitos: encerramos o prazo de filiação partidária, assistimos à desincompatibilização de membros do Poder Executivo para a disputa de eleições, e fechamos a janela de troca de partidos dos parlamentares eleitos proporcionalmente nos planos estaduais – a saber, os deputados em geral.

No primeiro bloco vimos, por exemplo, Sergio Moro migrar do Podemos para o União Brasil, em movimento que pode selar seu afastamento da corrida presidencial. No segundo conjunto, por exemplo, vimos ministros e secretários dos três níveis de poder saindo de suas pastas para se assumirem pré-candidatos. Alguns voltaram para seus postos parlamentares, de onde podem disputar eleições diversas, enquanto outros perambularão livremente. Nesse conjunto, ainda vimos prefeitos de capitais como Florianópolis e Belo Horizonte deixando seus cargos para buscarem os governos estaduais, assim como assistimos à debandada do vice-presidente da República. Tais casos ilustram o que dizíamos em dezembro: a partir desses movimentos e de um engessamento partidário, as leituras políticas se tornam mais evidentes.

O terceiro fenômeno carrega dois aspectos relevantes a serem observados aqui, e ilustram de maneira mais emblemática os objetivos dessa edição de Brasil em

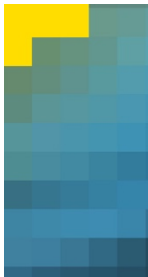
Foco. A janela de troca partidária para políticos que disputaram eleições majoritárias é novidade trazida sob o sabor das reformas políticas recentes. Nesse caso, em especial, em emenda constitucional de 2015 que debutou em 2016. A essência do instituto indica que entre sete e seis meses das respectivas eleições, vereadores e deputados podem mudar livremente de partido sem risco de perda de mandato. Em 2016, extraordinariamente, a medida que deveria servir apenas para vereadores, atendeu aos deputados. Mas a partir de 2018, cada cargo se movimentou ao sabor de suas respectivas eleições, ou seja, vereadores tiveram as janelas abertas em 2016 e 2020, e deputados em 2018 e 2022. Jair Bolsonaro, por exemplo, como deputado federal, aproveitou a brecha de 2016 para pular do PP para o PSC, e em 2018 para o PSL. Simples assim.

Pois bem: em 2022 temos que observar, primeiramente, o que de fato ocorreu nessas mudanças. Muitos esperavam, por exemplo, um crescimento expressivo do PL, tendo em vista que depois de sair do PSL no final de 2019 e ficar dois anos sem partido, Bolsonaro foi para a legenda de Valdemar Costa Neto e tendia a levar consigo muitos daqueles deputados eleitos por sua legenda de 2018, que mudou de nome na fusão com o DEM – tornando-se União Brasil. Para além disso, era esperado crescimento de Progressistas e Republicanos, adeptos do governo e signatários de um acordo de crescimento sob a lógica do Centrão. Outros movimentos esperados: a perda de deputados federais no PDT, por conta da insistência da candidatura de Ciro Gomes ao Planalto, o mesmo ocorrendo no PSDB. Uma possível adesão ao União Brasil, que perderia bolsonaristas para o PL, por conta do fato de ser um partido rico, considerando aqui os recursos do PSL angariados em

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



2018. Por fim, a possibilidade de crescimento de PT e PSB, tendo em vista certa concentração na esquerda e a força da chapa montada em torno de Lula. O que de fato ocorreu considerando-se as bancadas eleitas e a que ficou pós janela?



Para além de movimentos serem justificados pelas lógicas políticas estaduais, que alimentam a Câmara dos Deputados e também caracterizam as assembleias legislativas – que não serão tratadas aqui -, na Câmara vimos que cerca de um quarto dos parlamentares se movimentou, o que significa mais de 120 parlamentares. A expectativa de inchaço do PL, bem como do PP e do Republicanos, dada a base de apoio ostensiva ao governo Bolsonaro se confirmou. O partido do presidente saiu de 33 nomes na posse, já superara 40 deputados nos últimos meses e foi para um total de 78. Já o

Progressistas, que elegera 38 e trafegava em 42, atingiu 52 deputados. Por fim, o Republicanos, que vinha reclamando do não cumprimento de acordos por parte do Planalto para se alavancar, saiu de 30 nomes na posse e atingiu 41. A soma desse núcleo duro partidário de Bolsonaro parte de 105 membros na posse e atinge 171 com a janela – um terço do parlamento. Tais números podem divergir por uma série de razões: de contabilidade a volta ao parlamento de desincompatibilizados, mas a conta final não será muito distinta disso.

Na esquerda o argumento central aqui utilizado não prosperou: em relação à posse o PT ganhou apenas dois nomes, e o PSB perdeu 10 parlamentares. Sobre desoxigenação associada, provavelmente, à lógica de insistência em lançar nome ao Planalto, o PSDB perdeu três parlamentares e o PDT 10, sendo que existem outras razões associadas, inclusive às coligações de 2018 e às eleições de 2020, que podem explicar tais resultados. No União Brasil, o fato de ser rico não resultou em atração de quadros, e o bolsonarismo, principalmente, desoxigenou a legenda. Assim, se DEM e PSL somavam 81 deputados federais na eleição de 2018, pós janela o União Brasil chegou a 51 nomes. A derrota aqui foi grande, mas quem ficou poderá se beneficiar de recursos expressivos, sobretudo porque pela nova lei as chapas proporcionais tiveram tetos reduzidos, o que pode resultar em concentração ainda maior de renda. Será?

Por fim, merece atenção um último fenômeno atrelado à janela. Justamente porque com as diversas novas leis eleitorais havia a expectativa de uma concentração maior dos deputados em termos partidários. Isso significa que legendas maiores cresceriam, as menores perderiam membros e algumas até deixariam a Câmara. Em 2018 as urnas trouxeram 30 partidos para o parlamento. Num primeiro movimento, atrelado a reformas recentes, fusões ocorreram para o atingimento da cláusula de desempenho, casos emblemáticos de PC do B e PPL, e Patriota e PRP. Tempos depois, ainda ocorreriam as fusões entre DEM e PSL, bem como Podemos e PHS. Isso reduziu o quadro em quatro legendas. Mas com a janela, DC, PMN e PTC zeraram suas bancadas. Assim, atualmente, de acordo com o portal da Câmara, temos 23 partidos na Casa.



E aqui, parece igualmente relevante entender se o número de partidos efetivos teve alteração, ou seja, se mudou o total de legendas que efetivamente têm peso no parlamento. Os cálculos aqui são do cientista político Jairo Nicolau, divulgados no portal Poder 360. A posse em 2019 elevou o total de partidos efetivos para 16,5 – um recorde nacional extremamente acima da média mundial. Para termos uma ideia, entre 1995 e 2002 esse valor variou entre 6,7 e 8,1 no Brasil. Especialistas indicam que formar governo com excesso de legendas é mais caro e complexo, e o que assistimos com o fechamento da janela foi uma redução de 15,7 – registrado em 2021 após os 16,5 do biênio anterior – para 12,7. A queda é de quase 20%, a maior da série apresentada desde 1995, mas ainda assim nos coloca em situação extrema. A questão, a partir de agora, é compreender se cláusula de desempenho, listas reduzidas em pleitos proporcionais, federações, fim das coligações proporcionais e possibilidade de fusão para soma de resultado eleitoral farão com que esse total se reduza ainda mais, a partir daquilo que colheremos nas urnas em outubro e assistiremos na Câmara a partir de fevereiro de 2023.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.